



## Intervenção inicial da Ministra da Coesão Territorial

### Audição nas Comissões de Orçamento e Finanças, Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação e Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local

24 de janeiro de 2020

Senhores Presidentes,

Senhores Deputados,

#### A Missão da Coesão Territorial

O objetivo desta nova Área Governativa da Coesão Territorial é simples de explicar: contribuir para um desenvolvimento regional equilibrado, contribuir para melhorar a qualidade de vida das famílias, contribuir para fomentar um ambiente mais amigável ao investimento empresarial no nosso país, contribuir para fomentar o emprego qualificado, com especial enfoque na valorização do Interior. Esta é uma das formas encontradas pelo XXII Governo da República Portuguesa para aumentar a eficácia na resposta aos desafios atuais e futuros de Portugal, com especial enfoque nos territórios do Interior.

É de olhos postos nestes objetivos que vamos trabalhar numa nova **Agenda de Ação para a Coesão Territorial**.

A Coesão Territorial procura contribuir para uma forma mais integrada de trabalho dentro do Governo, e com diálogo, consensos e articulação coordenada que vão assegurar um maior e mais positivo impacto das nossas políticas públicas. Com esta integração, vamos **fazer acontecer**.

Queremos contribuir para **uma nova forma de fazer política**. Todos estamos habituados, e os Senhores Deputados estão-no certamente, a políticas setoriais. Não é



com isso que me vou aqui comprometer. Aquilo com que me comprometo é com outra forma de trabalhar: é com uma **articulação horizontal e vertical**.

**Horizontal**, porque a Coesão Territorial diz respeito a todas as áreas governativas, ao Planeamento, à Ciência, à Educação, à Saúde, à Cultura, à Economia, à Solidariedade e Segurança Social, à Agricultura, ...

E temos mesmo que articular com todas as áreas do Governo, para garantir que governamos e que definimos as prioridades, de forma integrada e articulada, em função das necessidades das Pessoas e do Território. Até porque os programas Operacionais Regionais que estão sob a tutela deste Ministério são um poderoso instrumento financeiro, que deve ser colocado ao serviço desta forma de fazer política de coesão.

Articulação **Vertical**, porque a coesão territorial obriga a trabalhar com os vários níveis do Estado e da Administração Pública e com os vários atores dos Territórios: trabalhamos com as CCDRs, que são as nossas direções gerais, com as Comunidades Intermunicipais, com os Municípios e Juntas de Freguesia, com os Grupos de Ação Local, com as associações comerciais e empresariais, com todos os atores relevantes para atingir os objetivos da política pública.

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, como o próprio nome indica, e como estabelecido na lei orgânica das CCDRs, têm na sua missão a promoção do desenvolvimento regional e a coordenação com a administração central desconcentrada e o trabalho próximo com os atores relevantes dos respetivos territórios, na definição e prossecução das estratégias de desenvolvimento regional e na aplicação dos fundos europeus dos Programas Operacionais Regionais.

Isto significa andar no terreno, ouvir, fazer com que as pessoas se envolvam, participem ativamente, façam parte do processo de decisão e, no fim, se revejam nos resultados desse trabalho. Porque é para as pessoas que trabalhamos.

Partimos do princípio fundamental de que todos os Territórios são diferentes. E partimos desse princípio com a certeza que **temos de tratar diferente o que é diferente**.



Sem receio de o fazermos. Queremos fazer política de baixo para cima, fazer com que todos participem ativamente na elaboração das estratégias para o desenvolvimento dos seus territórios. E queremos fazê-lo porque sabemos que esta é a melhor forma de garantir que estes atores se reveem no processo de construção do seu futuro. É assim que vamos maximizar os impactos das políticas. Partilhando poder.

### O Orçamento do Estado e a Coesão Territorial

Esta nova forma de trabalhar já traz frutos neste Orçamento do Estado. Este Orçamento, Senhores Presidentes e Senhores Deputados, **é um bom Orçamento para todo o país, mas é sobretudo um bom Orçamento para o Interior português.**

Propõe que as Pequenas e Médias Empresas do Interior beneficiem de uma **taxa especial de IRC, de 12,5%, para os primeiros 25 mil euros de matéria coletável.** Isto numa altura em que as PME destes territórios apenas beneficiavam desta taxa para os primeiros 15 mil euros. Penso que todos concordamos que esta é uma boa notícia para o Interior, porque é uma boa notícia para as empresas sediadas nestes territórios e, conseqüentemente, para as famílias que ali escolheram viver.

Mas queremos ir mais longe. Queremos uma **dedução à coleta de IRC que corresponda a 20% dos gastos com a criação de emprego nos territórios do Interior.** Com uma baliza muito clara: que estes salários excedam o valor do Rendimento Mensal Mínimo Garantido. E assim vamos ao encontro desta que é uma intenção muito clara do Governo – não só de criar emprego, mas de criar emprego qualificado. Aquele de que tanto precisamos.

Uma outra medida em que estamos muito focados, e que vai responder a uma reivindicação antiga das populações, é a **redução das portagens nos Territórios do Interior.** No Programa do Governo, deixámos clara a nossa intenção de aliviar os custos para aqueles que vivem e trabalham nestes territórios. Já criámos um grupo de trabalho que está a estudar, atualmente, vários cenários para uma redução gradual de portagens.

Assim, vamos garantir um regime mais simples e claro para os cidadãos, com menores custos para os que visitam e habitam no Interior, garantindo uma maior utilização de infraestruturas já construídas e uma redução da sinistralidade rodoviária.

Senhores Deputados: **Estamos disponíveis em sede de especialidade para trabalhar um modelo de desconto de portagens para o interior, baseado em desconto de quantidades e descontos no fim-de-semana**, que beneficiem os utilizadores frequentes, bem como aqueles que desejem visitar o território.

Mas esta não é a única boa medida que trazemos. Esta proposta do Orçamento do Estado também prevê um novo **Programa: «Trabalhar no Interior»**. Uma iniciativa que a Coesão Territorial vai desenvolver com outras áreas de Governação, nomeadamente o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério das Infraestruturas e Habitação, para assegurar que o Interior é capaz de atrair e fixar cada vez mais pessoas. Com o Trabalhar no Interior vamos criar redes de apoio locais e regionais para conceder apoios financeiros aos trabalhadores, compartilhar custos associados às suas viagens, garantir um acesso mais expedito ao mercado de trabalho e divulgar incentivos dos municípios do Interior às empresas e às famílias. E vamos também promover ações de formação e reconversão profissional dos trabalhadores, bem como incentivar o seu envolvimento na identificação de necessidades formativas.

Mas **as medidas que hoje apresentamos não se destinam só ao Interior do país: elas são concebidas, planeadas e dirigidas à nossa coesão territorial**. E promovermos a coesão é promovermos um desenvolvimento regional equilibrado. Para isso, é fundamental o contributo dos fundos europeus.

É por isso que este Orçamento do Estado continua a prever uma **dotação centralizada** no Ministério das Finanças, à qual os beneficiários destes apoios podem recorrer como contrapartida nacional. Esta é a forma de assegurarmos um acesso rápido e descomplicado aos fundos europeus.

Vamos também agilizar o procedimento de acesso aos empréstimos do Banco Europeu de Investimento, no âmbito do Portugal 2020. E vamos trabalhar para que os investimentos com fundos europeus não deixem de chegar ao terreno por causa das cativações. **Queremos que estes apoios sejam mais rápidos e eficazes para ajudar a economia.**

E porque é importante planearmos e termos objetivos para o nosso trabalho a curto prazo, posso dizer-vos, desde já, Senhores Presidentes e Senhores Deputados, que em 2020 contamos injetar **1.500 milhões de euros de fundos europeus dos Programas Operacionais Regionais, alavancando 2.400 milhões de euros de investimento.**

Queremos reforçar o trabalho iniciado no anterior Governo para assegurar a **chegada mais rápida ao território das verbas dos Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020.** Para tal, sabemos que precisamos de simplificar procedimentos, de adotar metodologias de custos simplificados, de operacionalizar apoios dedicados aos territórios do Interior e de trabalhar de forma muito próxima com os beneficiários dos fundos europeus em todos os momentos do ciclo de vida dos seus projetos.

Garantir que estas verbas chegam mais rapidamente ao território é garantir a aceleração do nosso desenvolvimento regional. Isto porque **os Programas Operacionais Regionais do Portugal 2020 têm uma dotação de 7,8 mil milhões de euros,** que somados às contrapartidas nacionais representarão mais de **12 mil milhões de euros de investimento.** Um investimento desta dimensão só pode ser tremendamente importante para o nosso país. E se este número não é suficiente para o deixar claro, então falemos da forma como estes fundos europeus têm sido canalizados para os nossos territórios.

No capítulo da **Educação** e apenas a título de exemplo: Temos **429 projetos aprovados para intervenções em escolas. É um investimento de mais de 480 milhões, quase 280 milhões de fundos europeus.** Se somarmos a isto o valor investido em programas de Educação – como a promoção do sucesso escolar e a formação de adultos pelos

politécnicos, estamos a falar de um investimento de **mais de mil milhões de euros** numa área fundamental para o desenvolvimento do país.

Outro exemplo, no **Desenvolvimento Urbano**, a que chamo de **política de cidades: temos mais de 1.700 projetos aprovados, quase 1.500 milhões de euros de investimento, mais de metade (880 milhões) em fundos**. Falamos de bairros sociais, de mobilidade e reabilitação urbana. Investimentos que tornam as nossas cidades melhores. Que tornam as nossas vidas melhores.

Na **Saúde e equipamentos sociais**, são **532 projetos aprovados**, na sua maioria para **infraestruturas e equipamentos**, um investimento de quase **490 milhões de euros**, dos quais **265 são fundos**.

Nos investimentos das **empresas** temos **mais de 17 mil projetos aprovados**, um investimento de **6 mil e quinhentos milhões de euros**, dos quais quase **3 mil milhões** são apoiados.

#### Linhas de Ação para o Futuro

É este o trabalho de investimento que a Coesão Territorial é capaz de alavancar e é este trabalho que vai continuar a fazer. Em sintonia com todos os outros Ministérios, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Governo, para investimentos de proximidade, por todo o país. Investimentos que vão ter um **efeito direto e muito positivo na vida dos portugueses**. E que vão garantir que o país tem cada vez maior capacidade de dar melhores oportunidades e fornecer melhores serviços a todos os cidadãos.

Mas cabe-nos também, na Coesão Territorial, garantir que os instrumentos de política se ajustam, na escala, no tempo, no espaço e nos objetivos, à resolução dos problemas. É por isso que **vamos, de forma articulada, dar-lhes mais racionalidade, conceber novos instrumentos ou ajustar a legislação quando tal for necessário**. Um bom exemplo disso é o conceito de teletrabalho, que tem de ser alterado para prever as

situações daqueles que trabalham à distância e que, hoje, podem encontrar no Interior o espaço perfeito para desenvolverem os seus projetos.

Temos uma responsabilidade acrescida nos territórios do Interior do país. Mas aqui vamos dar continuidade ao bom trabalho iniciado no Governo anterior – como o **Plano de Valorização do Interior e o Plano de Revitalização do Pinhal Interior**. Vamos atualizar esse trabalho, definindo **prioridades para iniciativas diferenciadoras com um impacto ainda mais significativo**.

Mas a Coesão Territorial não vai só **fazer acontecer**. Vai também, Senhores Presidentes e Senhores Deputados, **dar voz ao território**. Num contexto de transição entre quadros comunitários, temos de mobilizar todos os atores relevantes, da academia aos empresários, da economia à Inovação e inclusão social, para desenhar uma verdadeira **estratégia para as nossas regiões**.

Vamos coordenar competências, criar os adequados fóruns de discussão para validar e dar corpo a estratégias nacionais com capacidade de mobilizar vontades e ações com forte impacto.

É com esta forma de trabalhar que vos expliquei, Senhores Presidentes e Senhores Deputados, que esta Área Governativa se vai encarregar de dois exercícios estratégicos:

- Primeiro, uma **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional** que incorpore uma **abordagem territorial coerente**. Esta abordagem vai ser consolidada no **reforço da competitividade dos territórios**, na **estruturação dos subsistemas territoriais** e na **entrega integrada de políticas públicas** com especial intervenção em **serviços de interesse geral com mecanismos equitativos**.
- Segundo, uma **Estratégia de Valorização do Interior** fundamentada na articulação de várias medidas **que representem uma nova abordagem de valorização das potencialidades** destes territórios. É com esta Estratégia que vamos dar mais valor aos recursos endógenos e à capacidade empresarial do Interior, promover a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional,

captar mais investimento e mais pessoas e tornar estes territórios mais competitivos.

Estes são os desígnios que vão nortear a ação da Coesão Territorial durante esta legislatura.

**Convido-vos, Senhores Deputados, a juntarem-se também a nós neste processo de desenhar o futuro do nosso país.** Convido-vos a reunirem regularmente connosco, dentro ou fora desta Assembleia, para nos ajudarem a representar os cidadãos que vos elegeram, mas sobretudo para nos ajudarem a pensar e a concretizar as soluções para o futuro desses cidadãos. Só com a vossa participação ativa - e com a participação de todos -, conseguimos garantir que estamos a dar o nosso melhor.

Só com a intervenção de todos, e partilhando poder entre todos, conseguimos tornar o nosso país ainda mais próspero, mais justo e mais cheio de oportunidades.

Muito Obrigada